O CEDEM E OS DOCUMENTOS DOS CLUBES DE MÃES DA REGIÃO SUL (SP)

Jô Azevedo[i]
Jacy Barletta[ii]

Não se prescinde do passado pelo exercício da decisão nem da inteligência; tampouco ele é convocado por um simples ato da vontade. O retorno do passado nem sempre é um momento libertador da lembrança, mas um advento, uma captura do presente.
Beatriz Sarlo

1. Mulheres corajosas e seus passos desconhecidos

No momento em que movimentos sociais de várias naturezas parecem retornar à cena política mundial, a "captura do presente" – como propõe Beatriz Sarlo, com a lembrança da ação política de mulheres dos bairros da Região Sul de São Paulo (SP), durante o período da ditadura militar, pode constituir valiosa contribuição para a pesquisa social e o debate político. Objeto de pesquisa sociológica de há 30 anos, os Clubes de Mães da Região de Vila Remo, Sul da Capital paulista, na sua atuação a partir da década de 1970 até meados da década seguinte, produziram inúmeros registros – atas, abaixo-assinados, informes e folhetos, entre tantos outros – que ficaram guardados por muitos anos por uma religiosa, participante dessas organizações.

Grupos de mulheres, geralmente ligados às comunidades católicas de atuação inspirada na Teologia da Libertação, os clubes incentivavam a participação feminina na sociedade, refletindo com essas mulheres seu novo papel, as relações familiares e de trabalho, as dificuldades da vida na periferia. Com o tempo, ajudaram a fomentar inúmeros movimentos populares por melhorias nos bairros, como as lutas por escolas, postos de saúde, creches, por transporte e pela regularização dos loteamentos clandestinos. Um deles, talvez o que essas mulheres até hoje consideram o mais importante, é também o mais conhecido pelos pesquisadores sociais, pelo caráter de mobilização contra a ditadura militar: o Movimento do Custo de Vida, que em 1973 nasceu entre os clubes de mães, mas articulou amplos setores da sociedade para o questionamento da política de arrocho salarial, praticada pelos governos militares. A partir deste ano, é importante registrar o aparecimento de lutas por creches de forma isolada, que vão se unificar em 1979, no Movimento de Luta por Creches, estendendo-se até meados da década seguinte.

A importância dos clubes de mães foi revisitada pelas pesquisadoras Luciana Dias e Jô Azevedo, quando da elaboração do livro *Santo Dias: quando o passado se transforma em história* (Cortez, 2004), editado por ocasião do 25º. aniversário do assassinato do líder metalúrgico. Elas entrevistaram várias mulheres dos clubes para compor o livro, registrando depoimentos sobre sua atuação social e política, além de usar documentos produzidos por elas naquela época. Uma dessas mulheres é a irmã Cecília Hansen, que além de registrar uma entrevista, abriu à pesquisadora Vanessa Miyashiro, responsável pela organização dos documentos da família de Santo Dias (que também se encontram no Cedem), toda a documentação sobre os clubes que guardara durante mais de 20 anos, no Convento Santíssima Trindade. Este acervo precioso só foi doado ao Cedem por conta da intermediação dessas pesquisadoras, em 2007. Em 2010, o Cedem promoveu duas rodas de

conversa com algumas dessas mulheres, que foram registradas em vídeo e transcritas, sendo anexadas aos documentos doados. Este acervo foi organizado e processado pela equipe do Cedem.

2. Um pouco da história da Região Sul

Os clubes de mães, como organizações de mulheres, não são novidade brasileira. Há notícias desses grupos, ligados aos bairros e departamentos do Chile nas décadas de 1960 e 70. Em São Paulo, surgiram na região do Taboão da Serra, Zona Sul da Capital, iniciativa de senhoras de classe média que foram morar no local, e estavam preocupadas em capacitar a mão-de-obra para afazeres da casa à nova realidade dos eletrodomésticos, a partir da década de 1960.

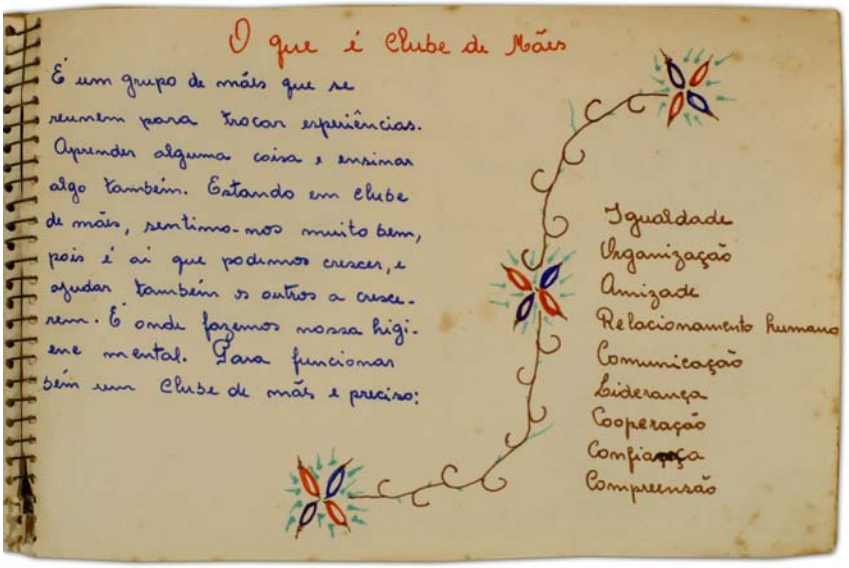
Floresceram de modo especial na Paróquia de Vila Remo e nas comunidades ao seu redor, na margem direita da Represa Guarapiranga, na macrorregião de Santo Amaro, entre as décadas de 1970 e 80, com outros objetivos, multiplicando-se como forma de organização de donas de casa dos bairros da periferia, por toda a Região Sul e conformando bases de organização dos grupos das Comunidades Eclesiais de Base (SINGER, 1982).

Seu florescimento acompanha o intenso crescimento populacional verificado nessa época, na região, por conta do êxodo rural e da polarização de São Paulo, e em especial o eixo Sul da cidade, como polo industrial de produção metalúrgica pesada. São Paulo era responsável pela terça parte da atividade econômica do País, nessa época, segundo documento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil da década de 1960, embora tendo um sexto da população brasileira. E a Capital desempenhava papel importante nesse crescimento das indústrias. Com elas, vieram os setores essenciais, como bancos, transportes e repartições públicas, estabelecimentos comerciais e de serviços.

Fugindo dos aluguéis altos das regiões centrais, os trabalhadores — já na década de 1940 — conformam um tipo de moradia periférica ao centro da Capital, distante o bastante por ser acessível ao orçamento familiar, mas não o suficiente para inviabilizar o trajeto até o trabalho: "Mas é no curso dos anos 50 que o processo se intensifica, com o deslocamento progressivo das indústrias dos antigos bairros fabris paulistanos" (SADER, 1988, p. 66-69). Era o subúrbio, a subcidade. Como ressalva Sader, por conta da alta rotatividade de empregos, essa facilidade de estar próximo ao trabalho se desfazia rapidamente, obrigando os trabalhadores, em curto período de tempo, a procurar alternativas de moradia barata, cada vez mais longe, habituando-se a percursos intrincados até os serviços.

A Região Sul da Capital era um dos pontos fortes dessa atração pelo *mix* de indústrias, isto é, possibilidades de trabalho, e terrenos baratos para construção de casas populares. Entre a década de 1960 e os anos 80, quando se esboçam os sinais de crise do modelo político-econômico baseado na industrialização tardia, a Região Sul de São Paulo se tornara um complexo de problemas sociais – bairros inteiros sem infra-estrutura sanitária às margens das duas represas, concentração populacional excessiva, falta de condições de habitabilidade em toda a periferia, que se estendia por vários quilômetros, defrontando-se com outros municípios, a exemplo de Diadema, Embu e Itapecerica da Serra. Durante mais de duas

décadas, a população, que construíra o poderio industrial das empresas instaladas no eixo da Marginal Pinheiros viveu as piores condições de moradia, saúde, educação e transporte.

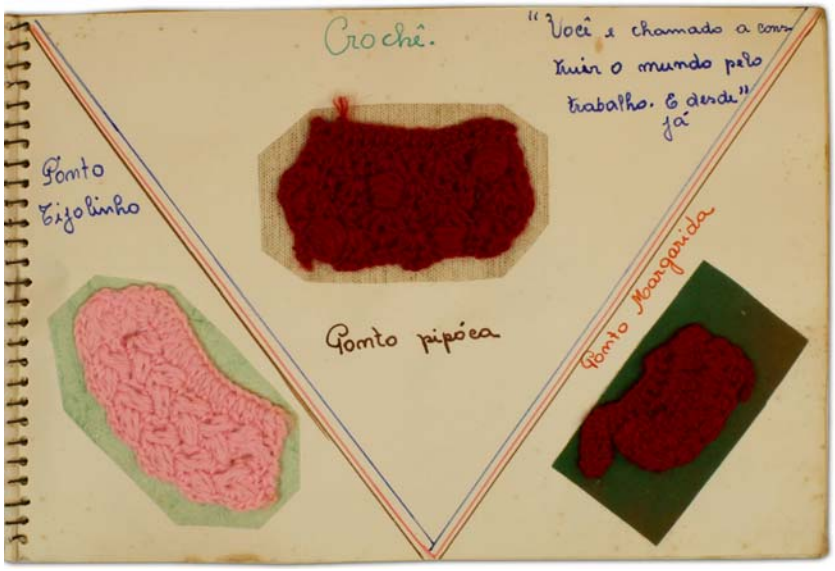


3. Clubes de Mães e as Comunidades de Base

A industrialização da Região Sul e a intensa ocupação populacional de seus bairros periféricos coincidiram com o final do governo João Goulart e suas tentativas de reformas de base, o golpe militar de 1964 até o final da ditadura militar em 1985. Com o fechamento político imposto pelo regime militar, um dos poucos espaços que restaram à organização popular foi a Igreja Católica. D. Paulo Evaristo Arns havia sido nomeado vigário episcopal de Santana em 1966, pelo então cardeal de São Paulo, Dom Agnelo Rossi. Em 1967, os trabalhos pastorais da Região Sul passaram a ser coordenados pelo Monsenhor Ângelo Gianola, que de pároco do Brooklin, assumiu o cargo de vigário episcopal da Região Sul, cuja importância foi fundamental para a articulação das Comunidades Eclesiais de Base da região (CEBs), seguindo os preceitos do Concílio Vaticano II, que valorizavam a presença ativa dos leigos na Igreja Católica. Foi auxiliado por um grupo grande de padres e freiras brasileiros e estrangeiros, entre eles a irmã Cecília Hansen, que passaram a desenvolver atividades sob essa ótica, morando nos bairros populares da Região Sul.

Os leigos, e nessa categoria se incluíam as mulheres dos clubes de mães, passaram a ter uma ativa participação. Havia grupos de casais e de jovens, cursos de preparo para os sacramentos (batismo, casamento, crisma, comunhão) e atividades de solidariedade com as famílias mais pobres. O domingo era o dia possível de sentar e refletir sobre as atividades, geralmente depois da missa, e essas reuniões se desdobravam em outras, para realizar as tarefas propostas. Os clubes de mães constituíram, ao lado dos grupos de animadores de comunidade e dos religiosos comprometidos com a renovação da Igreja, a base das CEBs. Essa forma de organização teria surgido em 1960, na Diocese de Natal, ou ainda em 1956, em Barra do Piraí, Rio de Janeiro. Mas sua organização cresceu a partir de 1969, tanto que em um encontro nacional realizado em Vitória, em 1975, estimava-se a existência de 50 mil delas no País. Suas atividades centralizavam-se na oferta de serviços religiosos e na organização de ações comunitárias.

Para Eder Sader, essa foi uma das três matrizes discursivas dos movimentos sociais da década de 1970, que conceberam práticas e discursos inovadores. Uma outra é representada, na sua opinião, pela ação de militantes de partidos proscritos pela ditadura que passaram à clandestinidade e foram morar na periferia. As direções de muitos desses grupos haviam sido caçadas, quando não assassinadas pelo regime militar, e os militantes se dispersaram, buscando espaços para reorientar sua prática junto aos trabalhadores. Outros se deslocavam organizadamente, obedecendo a diretrizes políticas que priorizavam a movimentação social geral. Buscavam um contato mais estreito com a população e acabaram por construir com ela uma visão histórica da realidade brasileira muito diferente do discurso individualista, desenvolvimentista e ufanista do regime militar.



A terceira vertente discursiva estaria, ainda segundo Sader, na interpretação de realidade proposta pelos agentes engajados na luta sindical. Com o engessamento da máquina dos sindicatos, por conta das intervenções em suas diretorias e a perseguição às oposições sindicais, o lugar em que se mediava o conflito entre trabalhadores e empresários esvaziou o sentido legal a ele atribuído no período histórico anterior, ou seja, de mediador dos conflitos entre capital e trabalho. Os grupos de trabalhadores, moradores dos bairros da periferia, passaram a reconstruir esse significado, pela base. Em São Paulo, como não era possível organizar-se nos sindicatos, por conta dos pelegos, das práticas de delação e dos agentes policiais infiltrados nesses espaços, iniciaram sua luta para retomar as direções das categorias, partindo dos locais de trabalho e dos bairros. Esta foi a experiência da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, principalmente na Região Sul, onde se concentrava a maior parte da categoria.

4. Mulheres em movimento

Os clubes de mães, integrando o conjunto do trabalho comunitário da Igreja Católica nos bairros populares, a partir da década de 1970, cresceram em número e articularam-se entre si, vivenciando experiências comuns e trocando formas de enfrentar os mesmos problemas que aconteciam em toda a periferia: habitação precária, falta de infraestrutura urbana, transporte público ruim, condições sanitárias deploráveis. Eles iniciavam discutindo as questões de relacionamento entre casais, a saúde das crianças e, em seguida, passavam a perceber a relação existente entre o que ocorria no âmbito privado e os assuntos sociais e políticos, que diziam respeito à esfera pública: o salário baixo, a falta de equipamento de saúde no bairro, a água que não era encanada e a ausência de escolas e creches. Em 1972, os clubes de mães de Santa Margarida, Figueira Grande, Vila Remo e São Joaquim criaram uma coordenação regional, que impulsionou o surgimento de vários outros. Em meados da década, eram mais de 20 na região do Guarapiranga. De cada um dos clubes saía uma representante que, uma vez por mês, juntava-se às demais, para preparar ações conjuntas. Trecho do depoimento da irmã Cecília Hansen no livro *Santo Dias:* quando o passado se transforma em história (2004)*:*

> [...] começava com celebração numa casa, pois os bairros tinham muitos problemas, com o convite para nos encontrarmos, formando comunidades sobre reflexões bíblicas. Era olhar e ver a realidade a partir do povo, não com olhares de cima. O povo ia se identificando com o povo de Deus – Deus olha e está aí, acompanha seu povo. Acabava aquela ideia de castigo, que o povo carregava: minha situação é assim porque estamos pagando pecados. Tinha falta de autoestima mesmo. Achavam que não tinham estudo, não poderiam resolver nada, mas devagar todo mundo ia percebendo que cada um tinha um papel, ninguém era melhor que ninguém. Nos grupos de mulheres, a gente refletia o novo papel da mulher na sociedade, na Igreja, na família. Não era só homem, era preciso compartilhar responsabilidades, enfim [...].

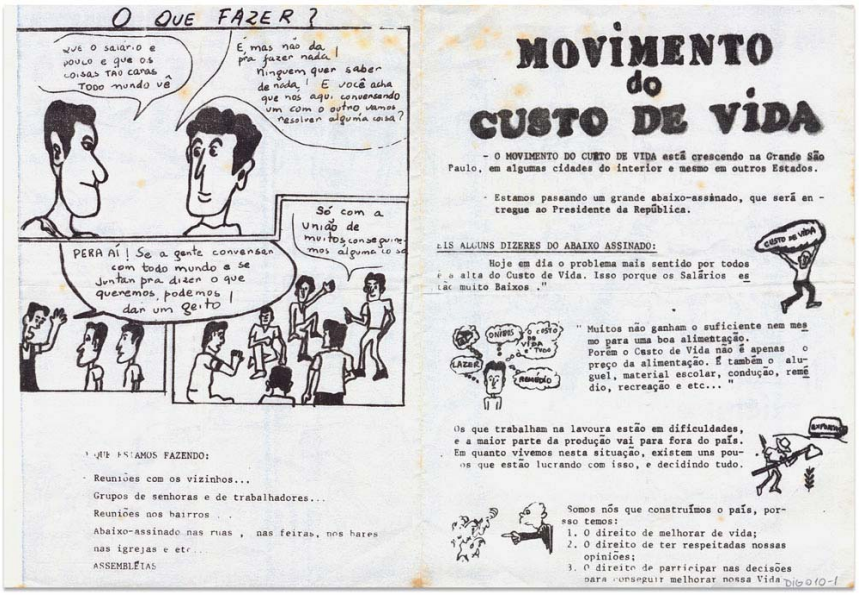
Muitos movimentos reivindicatórios da Região Sul surgiram da participação das mulheres dos clubes de mães. Um deles foi a luta por mais escolas, que chegou a reunir representantes de 38 bairros. Com a migração maciça, os prédios escolares não davam conta da demanda. Em 1966, havia 10% das crianças de 7 a 14 anos fora da escola, na Grande São Paulo. Em 1971, esse índice crescera para 20%. O processo de achatamento salarial dos trabalhadores, ao lado da falta de prédios, também ajuda a explicar essa situação, pois o trabalho infantil retirava as crianças da escola.

À primeira assembleia, realizada no pátio aberto da comunidade do Jardim Alfredo em 1973, cerca de 500 pessoas compareceram. Posteriormente, uma comissão de representantes dos bairros, entre os quais muitas mulheres dos clubes de mães, foi à Assembleia Legislativa e também à Secretaria de Educação do Estado para "cutucar" uma ação do poder público. O Plano de Emergência das 100 Escolas foi a resposta dos órgãos públicos diante das reivindicações. Muitas escolas hoje existentes na região foram construídas de acordo com esse plano – a EMEF Carolina Rennó, entre outras.

5. O Movimento do Custo de Vida

O Movimento do Custo de Vida constituiu-se em marco expressivo da organização das mulheres da região. A ideia inicial surgiu de uma conversa de donas-de-casa de clube de mães do Jardim Nakamura, em 1973, sobre a altíssima inflação que aumentava os preços dos alimentos e serviços na época. Uma primeira carta-apelo foi escrita pelos clubes de mães, cujas integrantes pensaram que este problema poderia ser resolvido como outros em que jogaram pesado com seus abaixo-assinados e grande mobilização. Ela foi lida em vários espaços, inclusive em uma assembleia dos metalúrgicos.

Essa carta apoiava-se nos dados obtidos por um questionário sobre as condições de vida na periferia, que elas mesmas idealizaram. Passaram em todos os locais com que tinham contato, montando um diagnóstico sobre o preço dos gêneros de primeira necessidade, na Região Sul, entre outubro de 1972 e outubro de 1973. A "Carta das Mães da Periferia" foi redigida e enviada à Câmara Municipal de São Paulo pelo vereador Horácio Ortiz (MDB). Um trecho foi publicado pelo jornal *O São Paulo*, em 27 de outubro de 1973, mas o resto perdeu-se no tempo. Algumas lideranças foram presas nessa ocasião e de seu dossiê "subversivo" constava a carta das mulheres. Ousar fazer essa manifestação era uma temeridade, por conta da repressão política.



Apesar disso, os clubes de mães retomaram-no, realizando nova pesquisa em duas mil casas, de agosto de 1974 a agosto de 1975. A enquete trazia perguntas sobre a quantidade de integrantes das famílias, seus ganhos e gastos. A coordenação dos clubes de mães redigiu mais uma carta, já com os dados da pesquisa e os grupos trabalharam para reunir 16.500 adesões.

A pesquisa foi muito trabalhosa e as mães saíram para feiras, bares, reuniões, escolas, com o questionário nas mãos. Aprenderam a abordar as pessoas e, assim, a debater o assunto com elas; a tabular pesquisas com a manutenção fidedigna das informações coletadas; passaram meses redigindo os resultados, sempre de forma conjunta, eliminando dificuldades e apoiando-se umas às outras. Esse aprendizado político se iniciou com a coleta e organização de dados para mostrar às "autoridades" como os preços dos alimentos estavam altos. No Jardim Santa Margarida, também surgiram grupos de compras comunitárias, uma forma de diminuir os gastos familiares com alimentação.

A pesquisa sobre o custo de vida incentivou essas mulheres a sair de grupos das discussões sobre a vida privada para ganhar o espaço público, as reuniões com setores diferentes do ambiente da Igreja, as articulações políticas e as disputas de poder. Passaram a se movimentar fora dos lugares a que estavam habituadas, o que ampliou sua compreensão da realidade e alterou sua maneira de viver.

Com a movimentação das mães em torno do custo de vida, os jornais passaram a noticiar o movimento. Em 20 de junho de 1976, no Colégio Santa Maria, uma escola religiosa de classe média alta, dirigida pela Congregação das Irmãs de Santa Cruz, elas conseguiram mobilizar 5 mil pessoas para entregar um abaixo- assinado com a pesquisa. Eram moradores de quase todos os bairros da Região Sul, deputados oposicionistas, representantes de entidades estudantis e jornalistas. Um feito notável para uma época tão difícil. Um impulso novo para o Movimento do Custo de Vida, pois a assembleia fora divulgada pelos principais jornais brasileiros. O MCV prosseguiu

crescendo e recebendo adesões de amplos setores sociais, tornando-se uma frente de mobilização de várias forças políticas, até 1978, quando foi seu auge. Depois disso, por conta da cisão política de sua direção, que refletia as diversas compreensões da organização popular, perdeu força. Mas é inegável a sua contribuição para o movimento social durante o regime militar. Inegável ainda é a presença maciça de mulheres dos clubes de mães em todo este percurso.

6. Versão feminina do passado

> "Uma coisa que nunca me esqueço do Custo de Vida, que, para mim, foi um dos movimentos mais importantes, porque até os homens tiveram coragem de fazer greve. Quando a mulherada saiu à rua, que eles estavam muito parados, né?! E depois que a mulherada saiu à rua, criou peito, coragem e saiu à rua, foi que aconteceram as primeiras greves, né?! Em plena ditadura. Acho que foi um momento, um espaço muito interessante".

Este é um trecho das falas de Maria José da Gama Cavalcanti, uma das mulheres dos Clubes de Mães da Região Sul, gravada em uma roda de conversa no Cedem, em 31 de julho de 2010. Mais seis mulheres estavam nessa conversa, com dona Maria José. A sua história é emblemática das mulheres dos clubes: muitas dificuldades para sair do âmbito doméstico, do cuidado da família numerosa, para depois mergulharem, com muita coragem, nas vivências que a levaram a reconhecer a si e à própria realidade.

Mas, naquela época, qualquer coisa para tirar as mulheres de casa era uma coisa assim muito boa, né?! Só que era muito difícil tirar a mulher de dentro de casa; eu sempre digo isso, mas é mais difícil colocar ela para dentro de casa de novo, porque depois que a mulher aprende a sair de casa, 'cabô'! Só que tinha marido que queria bater em nós, porque achavam que a gente ensinava as mulheres a falar o que elas ainda não tinham aprendido a falar. É porque era uma coisa muito boa sim, porque só do bate-papo, que isso me lembra a Lica – uma senhora do nosso grupo, ela dizia "onde vocês aprendem a falar tanta coisa"? E, quando a gente ia para os grupos e começava a conversar, era importante uma trazer a sua história e a outra trazer outra, então, a escola era ali; cada uma era a escola da vida, né?! E nessa escola da vida a gente aprendeu a fazer política, né?! Aprendeu a enfrentar a rua, enfrentar os maridos, enfrentar a polícia, até a parar de apanhar do marido! (Ana Maria do Carmo Silva, viúva de Santo Dias e ex- integrante do Clube de Mães do Jardim São Joaquim).

Nós não podemos desistir de resgatar essa história, que as mulheres que estão aí crescendo hoje têm que saber dela. Porque, olha, tudo o que elas estão usando aí tem um

> pouquinho do nosso dedo no meio, né?! Ah, começando pela democracia e por tudo o que a gente lutou, a derrubada da ditadura e tudo mais. (Odete Marques, ex-integrante do Clube de Mães de Vila Remo).

Dos clubes, também participavam agentes sociais – religiosas ou não – que, por terem mais recursos, como educação bancária, auxiliavam a dar conta das inúmeras discussões, buscavam respostas em outros espaços que não a periferia, disponibilizando solidariamente seus recursos para os grupos. Interessante revisitar o passado por meio das falas de todas essas mulheres. Nelas está registrada a horizontalidade das relações estabelecidas nesses grupos, a falta de uma hierarquia cristalizada que, naquele momento crítico da vida na periferia, era também um instrumento poderoso de exercer a criatividade coletiva na busca de formas inovadoras de inserção política. Uma prática solidária, engajada e afetiva que, agora, revisitada, pode inspirar as novas organizações políticas das mulheres e cujos registros podem ser apreciados no acervo processado pelo Cedem.

> Hoje eu trabalho com a questão ambiental e social, mas os clubes de mães foram uma das coisas mais importantes na minha vida. Eu até hoje aplico o que eu aprendi, e as pessoas que eu conheci lá, para mim, são pessoas que têm o conhecimento mais profundo do que é cidadania e do que é ética. Porque são pessoas tão voltadas para a comunidade, para a vida da comunidade. O normal é participar e não você pensar só no seu umbigo, e é uma coisa que hoje em dia está havendo uma inversão, as pessoas dizem: "eu quero mais é ser feliz", como se a felicidade estivesse fora de onde você está, fora do seu entorno. (Araci Musolino, engenheira ambiental e ex-agente social da Comunidade de São Joaquim)

7. O Movimento de Luta por Creches

Como registram as falas do segmento anterior, os Clubes de Mães da Região Sul de São Paulo se constituíram em espaços políticos de participação social feminina e originaram muitos movimentos populares, na década de 1970. Se o Movimento do Custo de Vida talvez tenha sido o mais importante deles, na opinião dessas mulheres, por ter ampliado, sob uma ótica comum, a sua capacidade de articulação política com outros setores não ligados à Igreja Católica, o Movimento de Luta por Creches, surgido a partir de 1972, no âmbito do próprio MCV, trouxe as especificidades de gênero para o universo de reivindicações dos clubes.

A memória das ex-integrantes indica que a questão da creche já se colocava nas reuniões e debates do Movimento do Custo de Vida: muitas mulheres, por não terem onde deixar suas crianças, traziam-nas para esses locais e uma pessoa do grupo tomava conta delas durante aquele período. Assim, foi amadurecendo a ideia de creche como local em que as crianças poderiam ficar na ausência da mãe, com segurança e tranquilidade.

Já havia também um debate no interior dos clubes de mães a respeito da situação da mulher na família e na sociedade, com a reflexão sobre o trabalho doméstico, a dupla jornada de trabalho e a precária inserção feminina no mercado de trabalho. Algumas experiências de creches indiretas foram ensaiadas nessa fase embrionária do movimento (iniciativas da comunidade, geralmente em associações ou igrejas), ainda de forma muito isolada, e segundo Gohn (1985), esta fase de início da luta por creches foi de 1972 a 1974.

Com o desenvolvimento do MCV e do Movimento pela Anistia (em que houve uma articulação maior dos grupos de esposas e mães de exilados com amplos setores da sociedade), mulheres de outros extratos sociais, como as feministas, passaram a ter um contato maior com as participantes dos Clubes de Mães. A unificação das lutas por creches só vai ocorrer em 1979, depois da realização do 1º Congresso da Mulher Paulista, cujos três pontos prioritários de reivindicações eram: creches (diretas e perto do local de trabalho ou moradia); luta pela equiparação salarial entre homens e mulheres; e pelo direito de engravidar ou não em bom estado de saúde (contraposição a programas governamentais de prevenção de gravidez de alto risco).

A partir desse momento, a luta por creches se organiza em coordenações por bairros, regionais e geral, exercendo pressão sobre os órgãos públicos, até que estes passam a se movimentar, por meio de um plano para instalação de 842 creches (meta demagógica anunciada pelo prefeito da época, nunca cumprida). Naquela ocasião, pouco mais de 16 mil crianças eram atendidas em 117 creches na Capital. A demanda existente apontava a necessidade de construção de mais de 10 mil unidades entre creches-padrão e minicreches.

Em março de 1980, a Prefeitura começa a instalação de 30 creches em Santo Amaro e Campo Limpo, na Região Sul. A Coordenadoria de Bem-Estar Social (Cobes) da Prefeitura teve de se reorganizar, para dar conta das novas necessidades para administrar, e o movimento teve também de criar respostas diferentes daquelas já ensaiadas até a ocasião, principalmente no que tangia a sua relação com o poder público municipal.

A partir desse momento, outra luta se trava no interior do movimento por creches: pela fiscalização da construção das unidades segundo especificações mínimas de qualidade, o preenchimento das vagas de trabalhadores das creches por membros da comunidade e a garantia de seu pleno funcionamento. A documentação existente no Cedem é rica em detalhes da comunicação entre esses grupos de mulheres, com seus boletins, roteiros de encontros, panfletos, registros mimeografados e pequenos jornais. Nesses materiais, estão registrados todos os grupos que participavam do movimento, suas preocupações em relação aos equipamentos públicos que vão sendo conquistados, as posições políticas em jogo (é um momento político difícil, em que a ditadura militar inicia a "abertura" e os partidos estão sendo reorganizados), o difícil relacionamento com os governantes municipais e as reflexões propostas, principalmente pelos agentes de pastoral da Igreja Católica, com a função de animar e informar os participantes.

Esses documentos revelam a criatividade do movimento em horizontalizar as informações, numa época em que os telefones eram raros, os meios de comunicação, com honrosas exceções, ignoravam as demandas dos movimentos sociais (situação não muito diferente de hoje), as distâncias entre os bairros eram grandes e, para agir, era preciso se comunicar com rapidez. Vale a pena ainda revisitar a literatura sociológica da época, cuja preocupação maior era registrar e interpretar a ebulição social e política nos anos finais da ditadura militar, investigando se aqueles movimentos sociais tão interessantes estavam trazendo estruturas políticas novas e se estas seriam permanentes.

8. Os desafios ao Cedem para tratar o Acervo dos Clubes de Mães

De acordo com o Conselho Internacional de Arquivos, os documentos que mais se perderam, durante o século XX, foram os das organizações sociais (e, dentre elas, a situação mais crítica é a dos movimentos sociais e populares) e partidos políticos, dispersos e sem tratamento adequado, com acesso comprometido. Agora, as novas tecnologias garantem ao fazer arquivístico a democratização do acesso a informações e documentos e a divulgação de procedimentos técnicos. O Cedem desenvolveu metodologia própria na organização de acervos e história oral, com referências elaboradas pela sua equipe, pois aquelas existentes até o momento em que essa mesma equipe teve de se debruçar sobre acervos de movimentos e partidos não conseguiam dar conta de organizá-los de forma adequada.

Em primeiro lugar, porque a Arquivologia brasileira, ou seja, seu corpo teórico-metodológico, teve como modelo a escola europeia, mais diretamente a espanhola e a holandesa, ou seja, o mais tradicional. Depois, as experiências brasileiras sempre estiveram, ou nasceram, dentro dos arquivos públicos, que mantinham conjuntos documentais com características mais formais, sendo suas tipologias advindas da administração dos colonizadores, portugueses e espanhóis. Daí o estudo da diplomática como orientador da metodologia arquivística brasileira.

Mais recentemente, os teóricos da Arquivologia brasileira reconheceram que necessitavam se debruçar sobre outros paradigmas fora do contexto dos arquivos públicos, devido à crescente propagação de centros de documentação ou de memória, principalmente os de cunho familiar empresarial e os criados em universidades com linha de acervo mais

definida. Portanto, o interesse pela preservação da memória e de fontes documentais diversas para pesquisa fez com que instituições privadas e públicas iniciassem um movimento de criação de espaços onde se preservariam conjuntos documentais considerados históricos, com uma diversidade enorme de tipos, gêneros e características diferenciadas daquelas encontradas nos arquivos públicos

Pesquisadores da área de Arquivologia foram ainda buscar no exterior aprimoramento profissional, principalmente no Canadá, trazendo novos conceitos e experiência nessa área. Junto a isso, não devemos esquecer a rápida modernização tecnológica da informática, possibilitando outros recursos na obtenção de dados disponíveis à pesquisa.

No Cedem, desde o ano de 1995, quando da chegada de acervos caracterizados como de movimentos sociais ou populares, grupos ou partidos políticos, a equipe já se defrontava com a dificuldade de tratar os documentos dentro das normas estabelecidas, até aquele momento, pelo corpus teórico da Arquivologia.

O Acervo do Clube de Mães da Zona Sul é um exemplo típico da necessidade de buscar novos padrões de arquivística, que não os tradicionais, para trabalhar. Ele foi doado ao Cedem, em 2005, por Cecília Hansen, que os preservava no Convento das Missionárias Servas do Espírito Santo, em Santo Amaro, bairro da Zona Sul de São Paulo. O movimento das mães nas comunidades da periferia tinha como característica um modo espontâneo de se organizar. A hierarquia não era rígida, como em outros espaços (trabalho, Igreja etc.) e a divisão do trabalho entre seus membros bem mais elástica, dependendo mais da habilidade e da experiência individuais. Seu objetivo era a valorização da mulher, a participação dela na sociedade, a luta por seus direitos como cidadã. As atividades em grupo serviam para aprofundar identidades coletivas, produzir novas subjetividades.

Assim, cada mulher contribuía com o que tinha de seu para fazer com que as coisas acontecessem, seja falar em um evento, organizar um abaixo-assinado, ensinar corte e costura, crochê... Tudo isso era direcionado às lutas do dia a dia, onde se debatia a origem das privações, das injustiças e também onde se refletia sobre as maneiras de luta e mobilização para as possíveis mudanças desse *status quo*. Essas ações estão registradas numa quantidade significativa de documentos produzidos, que fazem parte do acervo custodiado no Cedem, como abaixo-assinados, pesquisas (custo de gêneros alimentícios, creches existentes, demandas de vagas de escolas e creches etc.); correspondência; panfletos, cartilhas etc.

Como delinear um quadro de arranjo desse acervo sem que haja atribuições formais? Como organizar os documentos nas categorias determinadas pela teoria arquivística sem definir competências? Como seguir as sugestões da NOBRAD (Norma Brasileira de Descrição Arquivística), que tem todas as características de descrição de documentos públicos? Os documentos, em sua maioria, sem título ou data, são criações coletivas, sem autoria ou local de impressão. É importante ressaltar ainda que em matéria de arquivos não há receita pronta, pois cada um tem suas características particulares, história distinta, trajetória diversa.

No caso do Acervo dos Clubes de Mães, foi necessário um ano de leitura dos documentos e de discussões sobre como seria a maneira mais adequada para organizar esse conjunto documental. Depois desse trabalho, a equipe do Cedem observou que os tipos documentais indicavam a seguinte organização:

- Movimento do Custo de Vida
- Movimento de Luta por Creches
- Organização e Gestão dos Clubes de Mães
- Encontros e Treinamentos
- Condição Feminina
- Fotografias

Cada um desses grupos incorporou documentos organizados em dossiês ou séries. È importante enfatizar que isso só foi possível após o pleno conhecimento das informações contidas nos documentos. Não é possível elaborar quadro de arranjo *a priori*: as experiências com essa prática com documentos de quaisquer naturezas, quando realizadas, na sua grande maioria, são fadadas a erros difíceis de serem consertados mais tarde.

Nos mais de vinte anos de trabalho com documentos de movimentos sociais, partidos e grupos políticos, e mesmo documentos elaborados pela própria universidade, a equipe do Cedem tem refletido sobre o quanto as práticas estão distantes do corpus teórico e metodológico da Arquivologia em voga no Brasil. Sentimos que já se faz urgente a reflexão e renovação dos paradigmas existentes. O Cedem, com sua experiência de tratar arquivos dessa natureza, pode contribuir efetivamente para essa mudança.

Notas:

[1] Jô Azevedo é Jornalista, Professora e Pesquisadora Associada do Cedem.

[1] Jacy Machado Barletta; Historiógrafa do CEDEM/UNESP

Referências bibliográficas

BATISTONI, Maria Rosângela. *Entre a fábrica e o sindicato*: os dilemas da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (1967-1987). 2001. Tese (Doutorado em Serviço Social) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

BAVA, Silvio Angrisani Caccia. *Práticas cotidianas e movimentos sociais*: elementos para reconstituição de um objeto de estudo. 1983. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) — Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Plano de Pastoral Regional Sul 1.* São Paulo: Secretariado Regional Sul 1, 1968-69.

DIAS, L.; AZEVEDO, J. *Santo Dias:* quando o passado se transforma em história. São Paulo: Cortez, 2004.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. *A força da periferia* – a luta das mulheres por creches em São Paulo. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1985.

KRISCHKE, P. e MAINWARING, S. *A Igreja nas bases em tempo de transição (1974-1985).* Porto Alegre: L& PM; CEDEC, 1986.

KUCINSKI, Bernardo. *O fim da ditadura militar*. São Paulo: Contexto, 2001. (Repensando a história).

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo – 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SARLO, Beatriz. *Tempo Passado:* Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SINGER, P. e BRANT, V.C (Orgs.). *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis : Vozes/Cebrap, 1982.